

Nelbe Mathias Colombelli

**Estados Falidos. O Difícil Estabelecimento de uma
Democracia Plena. Estudo de caso: Serra Leoa**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

**Brasília – DF
2004**

Nelbe Mathias Colombelli

**Estados Falidos. O Difícil Estabelecimento de uma
Democracia Plena. Estudo de caso: Serra Leoa**

Banca Examinadora:

Prof. Cláudio de C. Tadeu Fernandes
(Orientador)

Prof(a) Raquel Boing Marinucci
(Membro)

Prof(a) Renata de Melo Rosa
(Membro)

**Brasília – DF
2004**

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todos que lutam incessantemente para que os direitos fundamentais de cada cidadão do mundo sejam garantidos e preservados, mas de modo especial, àqueles que sofrem com as arbitrariedades perpetradas por dirigentes políticos autoritários.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a produção desse trabalho. Torna-se árdua a tarefa de citar a todos, sob o risco de não mencionar alguém, ainda assim, gostaria de agradecer em especial ao meu orientador, Professor Cláudio Tadeu pela sua imensa paciência e pelo apoio constante, à minha filha Raquel que, apesar da pouca idade compreendeu a necessidade de certos sacrifícios em prol da conclusão desse trabalho, à minha mãe Hulda e ao meu pai Amilton, bem como aos meus irmãos Amilton Jr. e Cibeli, aos colegas de faculdade pelas estimulantes palavras de apoio e aos demais professores do curso de Relações Internacionais do UniCEUB, estes, verdadeiros mestres na minha carreira acadêmica.

Meu reconhecimento e gratidão também àqueles que não mencionei aqui, mas que foram de grande ajuda no transcorrer do curso.

ÍNDICE

Resumo	xi
Abstract	Xii
Introdução	01
Capítulo 1- Referencial Teórico	03
1.1- O pensamento democrático segundo Robert Dahl e Norberto Bobbio: uma discussão	03
1.2- Capital Social: bom para a democracia?	14
1.3- Opções Teóricas	16
Capítulo 2- A dominação europeia no continente africano	19
2.1- A conquista e a partilha do continente	19
2.2- Impactos da colonização	22
Capítulo 3- O surgimento do quarto mundo	27
3.1- A África contemporânea	27
Capítulo 4- O difícil estabelecimento de uma democracia plena: o caso de Serra Leoa	36
4.1- Caracterização histórica e geográfica de Serra Leoa	36
4.2- A busca pela consolidação da paz	39
4.3- O aparente fracasso da democratização	41
Conclusão	45
Bibliografia	49
Anexos	

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a difícil implantação de um Estado democrático em Serra Leoa, cuja situação política, social e econômica remete o país a uma extrema condição de atraso. A partir dos referenciais teóricos sobre democracia e capital social, será dado enfoque às implicações internas do quadro político atual e aos fatores que concorrem para explicar a criação de óbices aparentemente intransponíveis para o real estabelecimento de uma democracia na região.

ABSTRACT

The current work aims to analyze the difficult implementation of a democratic State in Sierra Leona, which political, social and economic situation depicts an enormous retard condition. Starting from theoretical references on democracy and social capital, it will be set focus on inner implications within the current political arena and the factors that concur to clarify the creation of obstacles apparently insurmountable for the real establishment of a democracy in the region.

Introdução

Em Serra Leoa os massacres de opositores políticos e os golpes de estado não chegavam a surpreender ou primar pelo ineditismo, visto que se tratava de um país absolutamente carente de uma tradição democrática onde a trajetória política, marcada por golpes e contra-golpes, opressão, violência e autoritarismo exacerbado era apenas a continuação de uma autocracia evidente e, aparentemente crônica. A ocorrência de governos ditatoriais em Serra Leoa sempre acompanhou o subdesenvolvimento, as desigualdades, as tensões sociais e, principalmente os conflitos ideológicos, o que impediu que se ostentasse uma aparente estabilidade política.

É nesse contexto que se insere o presente estudo que se propõe a analisar a grave marginalização mundial do país, principalmente em termos políticos, demonstrando de maneira objetiva os fatos que fizeram com que Serra Leoa mergulhasse em um vácuo democrático que teve sua origem na colonização perpetrada pela Inglaterra e sua significativa piora no fim da guerra fria, pelo desmoronamento de suas ideologias acompanhantes.

Tentaremos demonstrar no decorrer do trabalho a complexa interação entre economia, tecnologia, sociedade e política no desenvolvimento de um processo que nega a condição de humanidade ao povo de Serra Leoa.

A tortuosa conquista do território pelos ingleses demonstrava que o país estava longe de haver se tornado uma terra colonizável sem resistência e no decorrer dos anos a trágica consequência da dominação veio à tona evidenciando rivalidades e disputas políticas e étnicas, enormes diferenças de desenvolvimento e uma instabilidade política inimaginável.

Paradoxalmente à existência de tantos recursos e de grandes reservas de diamantes e outros minerais de grande valor, Serra Leoa possui o título de país mais pobre do mundo, com freqüentes ocorrências de guerras civis e um número desanimador de analfabetos e portadores do vírus HIV.

As guerras, que ao longo da história tomaram diferentes formas como as guerras anticoloniais e as civis, independentemente de sua estrutura ou origem contribuíram muito para a atual situação de autopredação nacional, que não liberta nem dá

dignidade ao povo de Serra Leoa.

O presente trabalho abordará os riscos da atual inviabilidade democrática no país, sua desintegração social, a pouca evolução do pensamento político e a perda da confiança na ideologia oficial. De maneira bem abrangente demonstraremos as dramáticas conseqüências dos falhos programas de reestruturação que se contrapuseram a toda perspectiva de crescimento, sem desconsiderar o empenho de alguns dirigentes em transformar a realidade dramática daquele país.

A euforia da emancipação, baseada muitas vezes pelo nacionalismo tribal resultou em processos catastróficos de subdesenvolvimento comprovando assim que a reprodução do modelo de Estado-nação europeu era, de certa forma, perigosa e quase intangível para uma região que há muito transbordava de problemas políticos e sociais.

Aproveitaremos também o conceito de capital social que, mesmo sendo um conceito relativamente novo, se encaixa perfeitamente nos assuntos abordados neste trabalho e que estão estreitamente relacionados ao ideal democrático que se busca implementar em Serra Leoa. A discussão proposta pretende apontar a crescente preocupação acerca das mudanças de valores morais e da qualidade da democracia, bem como analisar a longa trajetória histórica de Serra Leoa dominada por uma política praticada pelas elites que não se constroem em ceifar as riquezas provenientes da região e de se apropriar indevidamente dos recursos existentes.

1. Referencial teórico

1.1- O pensamento democrático segundo Robert Dahl e Norberto Bobbio: uma discussão.

Como marco teórico para esta pesquisa propomos uma discussão sobre o pensamento democrático segundo a ótica de dois grandes teóricos: Robert Dahl e Norberto Bobbio.

De acordo com Dahl (2001, p.49) para que se possa iniciar um processo democrático legítimo, se faz necessário seguir alguns critérios, tais como:

- participação efetiva, onde todos os membros da sociedade devem possuir as mesmas oportunidades e o direito de se fazer ouvir e opinar sobre a política.
- igualdade de voto, que significa essencialmente que cada cidadão tenha o direito ao voto e que cada voto possua a mesma força que os demais.
- entendimento esclarecido. Ter acesso ao conhecimento acerca das políticas e suas prováveis conseqüências.
- controle de programa de planejamento. Trata-se da possibilidade de escolha por parte de cada cidadão acerca de quais questões devem ser colocadas em pauta, ou seja, colocadas no planejamento.
- inclusão de adultos. Neste ponto Dahl defende que todos ou, pelos menos a maioria dos adultos deve ter o pleno direito de cidadania.

A necessidade de tais critérios surge da possibilidade de que alguns venham a possuir maiores oportunidades de participação política e, conseqüentemente maior poder decisório que outros, fazendo com que suas políticas prevaleçam. A grande questão é se tais critérios podem ser utilizados em uma esfera mais ampla e se é possível que um determinado governo tenha plenas condições de reunir e se utilizar efetivamente desses critérios.

A resposta para esta indagação, segundo Robert Dahl, é que tal situação dificilmente ocorrerá, o que significa que as chances de se criar um Estado plenamente democrático são remotas, apesar de o Estado ser detentor do poder necessário para garantir obediência às regras estabelecidas, utilizando-se até mesmo de meios

coercitivos o que, certamente não garante que todos os seus membros tenham o mesmo grau de influência nas questões políticas.

Na realidade este ponto é relevante para os que defendem governos não democráticos sendo que o principal argumento para a implementação de um regime como este, ou seja, baseado em princípios que negam explicitamente a democracia, é a inaptidão das pessoas, no geral, para uma participação efetiva na política de um Estado. Em contrapartida, os defensores da democracia apresentam os pontos positivos e conseqüências desejáveis de tal regime, dentre eles Robert Dahl destaca “a impossibilidade da emergência de um regime tirânico, a garantia de direitos essenciais, a garantia da liberdade, a auto-determinação, desenvolvimento humano, igualdade política e a busca pela paz e prosperidade.”¹

A busca por tais direitos e garantias assistidas por um regime democrático choca-se com óbices de difícil transposição como, por exemplo os sentimentos de superioridade e exacerbação dos interesses pessoais de dirigentes políticos que impõem uma ideologia absolutamente parcial para atender apenas às suas próprias necessidades e seus luxos.

O resultado de tamanho egocentrismo e falta de altruísmo não poderia ser outro além de colocar em um plano marginal uma grande parcela da população, coagindo-a a aceitar e praticar leis criadas por governos onde não se tem a possibilidade de uma participação efetiva nas questões políticas, impossibilidade essa que torna-se um obstáculo às idéias democráticas. Observa-se, porém que até mesmo em democracias fortes e aparentemente estáveis, agradar a todos os membros da sociedade é, sem dúvida, uma utopia, mas o que se espera de um governo baseado nos ideais democráticos é que os prejuízos causados aos direitos e interesses fundamentais sejam, no mínimo, amenizados, ou seja, mesmo que nem todos concordem com as leis estabelecidas, a democracia “expande a auto-determinação até seu limite viável”.²

Para que uma democracia venha de fato a se concretizar, torna-se necessário o estabelecimento de uma série de exigências, pois se na teoria todos possuem direitos,

¹ Dahl, R. (2001, p. 59).

² Idem.

mas na prática os mesmos não estiverem ao alcance de cada cidadão, estaríamos nos referindo a qualquer outra forma de governo, menos à forma democrática.

Vale ressaltar que a ocorrência de um processo eleitoral não indica, necessariamente, a concretização de um Estado democrático, pois como comprovado historicamente, alguns governos considerados despóticos surgiram através de eleições. Assim compreende-se que a democracia não se esgota na celebração periódica das eleições, ainda que o pluralismo e a alternância política sejam condições necessárias para considerar qualquer sistema democrático. É necessário então que além da possibilidade de se escolher seus representantes e participar do processo político, o cidadão tenha direito de gozar de uma igualdade plena onde seu voto seja igualmente importante e a vontade de uma maioria não retire dos cidadãos partidários da minoria seus direitos e a liberdade de expressar seu descontentamento.

Para Robert Dahl uma democracia prevê a possibilidade de escolha, por cada cidadão, de seus próprios objetivos e valores o que torna tal regime muito mais desejável que qualquer outro. Assim:

“Apenas um governo democrático pode proporcionar uma oportunidade máxima para as pessoas exercitarem a liberdade da auto-determinação, ou seja, viverem sob leis de sua própria escolha.”³

O autor também argumenta que “a democracia promove o desenvolvimento humano mais plenamente do que qualquer opção viável.”⁴ Entende-se que o sistema democrático cria a possibilidade de desenvolvimento, vantagem que nenhum outro sistema seria capaz de proporcionar de maneira tão ampla.

Não que o estado democrático seja o suficiente para garantir o desenvolvimento tanto na esfera social como econômica, mas é, sem dúvida, algo essencial, pois o usufruto de uma maior liberdade política, a possibilidade de uma maior participação no processo decisório dentre outras vantagens que apenas uma forma democrática de governo pode proporcionar, torna o desenvolvimento algo palpável e ao alcance de todos.

³ Dahl, R. (2001, p. 66).

⁴ Dahl, R. (2001, p. 69).

Robert Dahl faz outras ponderações acerca de países democráticos comparando-os com diferentes regimes o que o leva a concluir que, além do elevado grau de desenvolvimento humano, um país democrático é também mais próspero, ou seja, ele aponta uma estreita relação entre riqueza e democracia explicada provavelmente pela afinidade entre democracia representativa e economia de mercado em que:

“os países democráticos promovem a educação de seu povo e uma força de trabalho instruída e inovadora e leva também ao desenvolvimento econômico. Em países democráticos os tribunais são mais independentes, os direitos de propriedades são mais seguros, os acordos contratuais são cumpridos com maior eficácia e é menos provável haver intervenção arbitrária de governos e dos políticos.”⁵

Diversos outros pontos são levantados por Robert Dahl na tentativa de demonstrar a eficiência de uma democracia forte, dentre eles o desenvolvimento do processo informacional, ou seja, evolução das comunicações e o que talvez seja o mais importante de todos que é sustentado pelo princípio da igualdade intrínseca e que deve servir de base para o governo de um Estado.

A conclusão a que ele chega é a de que este princípio é algo de difícil alcance, pois muitos objetivam defender seus próprios interesses e os de seus familiares afirmando serem interesses superiores aos dos outros e buscando persuadir os demais e justificar as diferenças utilizando-se de argumentos religiosos, ideológicos e das tradições.

O princípio da igualdade deve ser estruturado de tal forma que haja uma evidente aceitabilidade, pois o consenso é fundamental para o alcance de determinados objetivos o que significa que delegar importantes decisões a uma minoria que se auto-intitula especialista e que nega a capacidade decisória de outras pessoas, é uma afronta aos ideais democráticos.

⁵ Dahl, R. (2001, p.72).

Deter conhecimento não significa, necessariamente governar bem. É necessário também “resistir às enormes tentações do poder, além de uma constante e inflexível dedicação ao bem público”.⁶

Argumentar que são merecedores de uma ilimitada autoridade sobre os demais e que são capazes de governar um Estado apenas aqueles cujo grau de instrução é maior, apresenta-se como uma tentativa inescrupulosa de acumulação de poder o que, geralmente, induz à corrupção, ou seja, “o poder ilimitado está apto a corromper as mentes de quem o possui.”⁷

Assim, para Robert Dahl, ninguém está mais bem preparado do que outros a ponto de lhe ser confiado todo o poder e autoridade para controlar um Estado.

Para o teórico Norberto Bobbio o termo democracia, utilizado para explicar uma das várias formas de governo ou, mais especificamente uma das diversas maneiras como pode ser exercido o poder político é, em suma, o tipo de poder político que é, essencialmente exercido pelo povo.

Segundo Bobbio, seria necessário antes de se chegar a qualquer conclusão a respeito do termo democracia traçar uma relação entre democracia e as demais formas de governo para que, dessa forma, seja possível extrair sua essência e seu caráter específico, ou seja, deve-se levar em consideração que a forma de governo democrático é apenas uma entre diversas formas que delimitam o termo democracia, mas que também são por ele delimitadas.

Seja qual for a forma de governo idealizada é importante que se estabeleçam algumas fases, seus diversos usos e a destinação para a qual cada uma delas foi criada. Tais usos são descritos por Bobbio da seguinte forma:

Há o uso descritivo (ou sistemático) onde uma teoria das formas de governo se estabelece em sua classificação que surge quando se faz uma relação com as demais formas de governo historicamente delineadas, buscando traçar o que as diferencia e o que as torna semelhantes (Bobbio, 2000).

Para este tipo específico de uso das formas de governo, a democracia é uma das três possíveis formas de governo dentre as diversas formas existentes onde as

⁶ Dahl, R. (2001, p.87).

⁷ Willian Pit, estadista britânico. Citação de Dahl, R. (2001, p. 87).

mesmas são classificadas de acordo com o número de governantes. No caso de uma monarquia, por exemplo, trata-se do poder totalmente centralizado, ou seja, nas mãos de um único governante e o que a diferencia de outras formas de governo como aristocracia e democracia é que, essencialmente a primeira busca manter o poder ao alcance de poucos e a democracia se manifesta apenas quando o poder é transferido para o povo ou, pelo menos, para a sua maioria. Trata-se de uma tipologia clássica e que fala diretamente de uma tripartição (monarquia, aristocracia e democracia) onde o número de governantes é o suficiente para a classificação (Bobbio, 2000).

Em algum momento essa tripartição foi substituída por uma bipartição demonstrando algumas vezes a união entre democracia e aristocracia e outras entre aristocracia e monarquia. Mas o que de fato foi aceito na teoria política contemporânea foi a bipartição democracia e autocracia⁸ pois teóricos como Kelsen, por exemplo, acreditavam que a tripartição tendo como base o número de governantes era algo extremamente superficial e que portanto, era necessário a adoção de um novo critério onde o importante era a distinção entre a forma de governo que oferecesse uma maior ou uma menor liberdade política.⁹ O que distingue essas duas formas de governo, além da quantidade de pessoas governando, é que a forma de governo democrático pressupõe leis feitas por aqueles aos quais elas se aplicam ao contrário da forma autocrática em que os que fazem as leis são pessoas distintas daquelas as quais elas se aplicam.

Um outro uso para a forma de governo é descrita como prescritiva ou axiológica que se refere a uma série de juízos de valor onde as constituições não se encontram dispostas uma ao lado da outra, mas em ordem de preferência, havendo assim um julgamento sobre qual é a melhor, qual é a pior, qual é mais ou menos eficaz e assim por diante, pois o pensamento político sempre trouxe consigo a disputa entre a melhor e a pior forma de governo.

Democracia, de acordo com seu significado prescritivo é entendida da mesma maneira que as demais formas de governo, ou seja, com pontos positivos ou negativos,

⁸ Entende-se por autocracia o governo de um príncipe com poderes absolutos e ilimitados.

⁹ KELSEN, Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado* (1945). Citação: Bobbio, N. (2000, p. 139).

de maneira que se possa concluir que é uma boa ou uma má forma de governo sendo então recomendada ou desaconselhada.

Surge então a grande questão seguida dos mais diversos argumentos. Os que defendem a forma de governo democrático sugerem que “o governo monárquico pode fazer o que quer, sem prestar contas a ninguém, enquanto o governo do povo está sujeito à prestação de contas e todas as decisões são tomadas em comum”.¹⁰ Em contrapartida a crítica tecida pelos defensores da monarquia é a de que “não há nada mais estúpido e mais insolente do que uma multidão inapta e incapaz, e, portanto não é tolerável que para fugir da prepotência de um tirano deva-se cair na insolência de um povo desenfreado”¹¹

Bobbio cita e em seguida explica os argumentos utilizados por teóricos como Tucídides em *Guerra* e Platão em *República* onde o primeiro, um notório defensor da democracia sugere a mesma como uma forma boa de governo onde:

“(…) não se trata de um governo a favor de poucos, mas de muitos; a lei é igual para todos, tanto para os ricos quanto para os pobres e portanto é um governo de leis, escritas ou não escritas, e não de homens; a liberdade é respeitada seja na vida privada, seja na vida pública, onde vale não o fato de se pertencer a este ou àquele partido, mas o mérito.”¹²

Já Platão a considerava como uma das piores formas de governo quase equiparando-se a tirania e onde há uma completa ausência de limites morais e políticos.

Bobbio traça algumas diferenças existentes na perspectiva de diversos autores onde a política é o tema principal de suas ponderações. Dessa forma ele se utiliza de alguns termos para esclarecer a idéia que cada um possui da democracia assim como da monarquia.

Existem, portanto aqueles que se encaixam no termo “*ex parte principis*” que se refere à parte dos governantes onde há uma justificativa para que haja o comando por parte dos mesmos e a obediência por parte dos súditos. Mas, mesmo os que defendem

¹⁰ Trecho da obra *Histórias* de Heródoto (pg. 80-82). Citado por Bobbio, N. (2000, p.141).

¹¹ Idem.

¹² Tucídides, *Guerra*, II, p.37. Citação de Bobbio, (2000, p.141).

tal centralização de poder, percebem a possibilidade de que tal regime possa criar uma unidade de poder tal que possa trazer um prejuízo para a liberdade individual.

Já outros escritores se posicionam “*ex parte populi*” onde se parte da ótica dos governados que, por sua vez, não devem aceitar a opressão estatal e devem exigir que os governantes criem leis mais justas para todos. O que talvez seja um obstáculo a esse tipo de participação popular é que a liberdade de cada indivíduo possa trazer consigo dificuldades para a unidade.

A solução para este impasse seria, de acordo com os defensores da democracia, a não dissociação da imagem do governante da imagem do governado e para melhor ilustrar essa afirmação Spinoza expõe a situação da seguinte forma:

“Os fundamentos do governo democrático afirmam que nele ninguém transfere a outros o próprio direito natural de modo tão definitivo que depois não volte a ser mais consultado, mas o defere à parte maior da inteira sociedade da qual ele é membro. E, por este motivo todos continuam a ser tão iguais quanto o eram no precedente estado de natureza.”¹³

Após tais ponderações conclui-se que a questão da democracia identifica-se, cada vez mais, com a da autocracia, sendo que para o desenvolvimento da primeira é necessário que os métodos da segunda sejam colocados à prova.

Para Bobbio há uma relação direta entre o desenvolvimento da democracia e a notória extensão dos direitos políticos observada desde o início do século passado, onde o indivíduo tem a possibilidade de participação da formação da vontade coletiva. Esse progresso democrático coloca em dúvida o regime autocrático e enquanto o primeiro avança, o segundo retrocede significativamente.

Outros argumentos não menos convincentes mostram as inquietudes que cercam os defensores de um regime autocrático, dentre elas a idéia de que, quem tem o poder tende a dele abusar ao contrário da democracia onde o grande argumento é o de que o povo não pode abusar do poder contra si mesmo.

¹³ Spinoza, B. *Tractatu Theologico-politicus*, Kunraht, Hamburgo, 1670 p. 384 - 385. Citação Bobbio, N. (2000, p.145).

Por fim Norberto Bobbio faz referência ao uso histórico de uma teoria das formas de governo onde se busca, não somente classificar os tipos de constituições ou comparar uma a outra para saber qual é a mais apropriada, mas para descrever o desenrolar de uma história que traz consigo as várias formas de governo.

Quando se refere a este uso específico da forma de governo, Bobbio o divide em três pontos distintos: o regressivo, onde a etapa que vem logo após outra é uma etapa degenerada, portanto deve-se retornar à etapa anterior. O progressivo onde a etapa que sucede a existente é uma etapa aperfeiçoada e, por fim, a cíclica onde mesmo que a história tenha seguido tanto a etapa regressiva quanto a progressiva, a mesma retorna ao princípio.

Bobbio adverte que os três usos propostos, o descritivo, o prescritivo e o histórico não se encontram jamais dissociados um do outro e utiliza como referência uma idéia extraída do livro *República* de Platão onde ele descreve os pontos característicos de cada forma de governo em que há uma hierarquia explícita e onde ele aponta qual a melhor e qual a pior das formas de tal maneira que essa ordem coincide com uma ordem cronológica, sendo que as formas de governo são classificadas como melhores ou piores levando-se em consideração qual é mais antiga e qual é a mais moderna respectivamente.

Na idade moderna onde se observou a forte presença de grandes estados territoriais, surgiram novas argumentações contrárias à implementação do regime democrático naquelas regiões. Dentre os principais argumentos, o que mais se destacou, tendo inclusive convencido o próprio Rousseau, considerado o pai da democracia moderna, era o de que a verdadeira democracia só era possível em pequenos Estados onde fosse possível agrupar os cidadãos e onde todos se conhecessem (Bobbio, 2000).

À época, filósofos como Hegel que pregavam a monarquia constitucional como única maneira concreta de reconhecer o espírito do mundo, surpreenderam-se com a idéia de democracia que emergia nos Estados Unidos da América.

Não se tratava mais do tipo de democracia idealizada pelos antigos, mas sim de uma democracia inovadora, a democracia representativa que, além de traçar uma estreita relação entre Estado representativo e a questão das dimensões territoriais

deveria estar totalmente dissociada daquela democracia turbulenta a qual se referiam os antigos. Tratava-se, essencialmente de uma democracia direta cuja distinção da democracia representativa não era algo relevante naquele momento, pois como expressado por Tocqueville “às vezes é o próprio povo que faz as leis, como em Atenas; às vezes são os deputados, eleitos por sufrágio universal, que representam e agem em seu nome, sob a sua vigilância quase direta”¹⁴, importando apenas que o poder esteja, de alguma maneira nas mãos do povo. Esse tipo de democracia surpreendeu pelo modo como a sociedade se associava entre si para assim promover o bem público.

No período caracterizado pela reconstrução dos danos causados pela primeira guerra mundial, observou-se a afirmação de vários Estados representativos principalmente na Europa, seguido de um desenvolvimento interno em cada um deles sendo que o fenômeno da associação foi se consolidando de maneira permanente nos países europeus, culminando com criação dos partidos políticos e o reconhecimento de sua função pública.

Esse notório desenvolvimento da democracia permitiu então a participação da sociedade nas tomadas de decisão de um corpo coletivo e associou diversos outros valores ao ideal democrático como por exemplo, a solução pacífica de conflitos sociais, o revezamento da classe política e a tolerância. Uma vez compreendido pela sociedade que a esfera política encontra-se totalmente associada a uma esfera muito mais ampla que é a esfera social surge então uma questão que, em princípio parece óbvia, mas que é muito mais complexa do que se possa imaginar: “é possível que exista um Estado democrático em uma sociedade não democrática?” Ou seja, “a democracia política foi e é até agora necessária para que um povo não seja governado despoticamente. Mas é também suficiente?”¹⁵

Essa questão surgiu provavelmente quando algo que antes parecia impossível como é o caso do sufrágio universal tornou-se realidade e mais ainda, tornou-se comum. Este fato levou muitos a questionarem as limitações da democracia. O ideal democrático se resumia a isso? Todos teriam direito a escolher seus representantes e

¹⁴ Tocqueville, A. de. *Avertissement de la douzième édition in De la démocratie em Amérique*, Pagnerre, Paris 1848. Citação: Bobbio, N. (2000, p. 150)

¹⁵ Bobbio, N. (2000, p.156)

assim estaríamos vivendo em um Estado plenamente democrático? Certamente a resposta seria não, pois faltava algo imprescindível que era a igualdade, não aquela igualdade proferida pelos dirigentes políticos e colocadas na constituição de cada Estado e que se mantinham no campo da teoria, mas sim daquela igualdade tangível, a igualdade social e econômica que alcançasse a todos sem distinção de cor, raça ou credo.

Para o alcance do ideal democrático, Bobbio lança algumas outras regras que alguns autores intitulam como as regras do jogo democrático e também são conhecidas como “procedimentos universais”:

- órgão público máximo, cuja função básica é legislar e que sejam escolhidos direta ou indiretamente pelo povo, por meio de eleições.
- o poder legislativo deve coexistir com algumas instituições como órgãos da administração local ou chefe de Estado e tais dirigentes devem ser eleitos.
- todas as pessoas, sem distinção que atingirem a maioria devem adquirir o direito de votar.
- o voto de cada eleitor deve possuir o mesmo peso, ou seja, todo voto deve ser igual.
- todo eleitor deve ter o direito de votar de acordo com sua vontade e de acordo com sua opinião, de maneira livre e de forma que possa escolher o partido político que deseja para representá-lo.
- deve existir liberdade para que se criem associações e partidos políticos variados para que o eleitor tenha reais alternativas.
- deve haver o princípio da maioria numérica tanto no momento de eleger os representantes como para a tomada de decisões dos órgãos políticos.
- as decisões tomadas pela maioria não podem cercear o direito da minoria.
- uma vez eleito pelo povo o chefe do poder executivo ou o parlamento devem demonstrar confiança no órgão do governo.

Essas são, segundo Bobbio, regras que estabelecem a maneira pela qual se pode chegar à decisão política e compartilhando da mesma opinião de Robert Dahl, Bobbio afirma que jamais existiu Estado que colocasse em prática todas essas regras e, por isso não incorre em erro falar de regimes mais ou menos democráticos.

1.2 – Capital social: bom para a democracia?

Para iniciar este tópico é necessário que se defina, de antemão, capital social e, para isso, utilizaremos o conceito descrito por D´Araujo (2003) que de maneira simples entende capital social como um compromisso mútuo baseado na confiança e que torna-se um instrumento para obrigar que cada pessoa cumpra a sua parte na produção de bens coletivos ou para alcançar o bem-estar comum. Trata-se de um tema emergente e que vem ganhando notoriedade na medida em que enfatiza principalmente questões como a pobreza e a democracia, que trazem à tona a realidade vivenciada por milhões de pessoas em todo o mundo, que, ironicamente, está cada vez mais rico e cada vez menos justo.

Para que uma sociedade tenha maior êxito na produção desse bem comum é necessário que haja uma confiança interpessoal o que, para a autora só é possível em sociedades que possuam regras de reciprocidade e um sistema de participação cívica.

O cidadão deve, portanto ter consciência de seu papel e principalmente de seus deveres, sem negligenciar seu compromisso de igualdade política para que se sustente a idéia de uma comunidade cívica, que é uma das facetas do capital social. Disso pode-se extrair que o capital social é fruto da interligação entre três fatores básicos: as normas, a confiança e a participação cívica onde há uma nítida cooperação na tentativa de zelar pelo bem comum.

Essa teoria traz à tona uma indagação, no mínimo, preocupante: as sociedades que parecem não se encaixar nesse panorama ideal de reciprocidade, confiança, organicidade e onde se observa em maior grau o clientelismo, a hierarquização e principalmente pouca tradição participativa democrática não alcançariam a prosperidade, já que possuir o capital social seria um requisito básico para tal? Estariam então condenadas à pobreza, ao atraso e ao mau governo?

Vale ressaltar que a cultura e as tradições de uma sociedade aparecem espontaneamente, produto de convivências, crenças e valores construídos por grupos, levando-se em consideração seus medos e necessidades, sendo sempre o reflexo do passado. Tendo a cultura valor tão significativo no desenvolvimento de uma sociedade,

aquelas cujos valores culturais não incluem a prática democrática estariam fadadas ao fracasso?

Para Robert Putnam “é possível mudar hábitos e dinâmicas sociais de forma a produzir capital social, ainda que seja tarefa para décadas. As instituições agiriam sobre a cultura, mudariam hábitos e rotinas, mas esse seria um processo longo, e não de efeitos imediatos”¹⁶.

Criou-se então uma expectativa em torno da criação de um capital social em sociedades desprovidas do mesmo em um curto espaço de tempo o que, de acordo com o que se observa no cenário mundial não tem surtido os efeitos imaginados.

Regiões como a África, por exemplo, são alvos constantes de pesquisas acerca do capital social, principalmente áreas que passaram recentemente por conflitos étnicos, mudanças políticas drásticas e guerras civis. Nesse ponto surge uma discussão que divide os especialistas quando surge a questão da incapacidade estatal para cumprir as metas sociais e da força da sociedade civil para corrigir as distorções do mercado sem que haja a necessidade de uma ação mais enérgica por parte do Estado. Alguns acreditam que a atuação da sociedade civil neste aspecto seria apenas uma maneira de transferir para essa sociedade a responsabilidade de um Estado incapaz. Para outros nada mais é do que uma união ou uma parceria, facilitando um processo de cooperação que fortalece ambos os lados e, finalmente há aqueles que acreditam tratar-se de uma sociedade que sabe governar a si mesma.

O impacto do capital social no âmbito da política e de suas instituições vem, ao longo dos anos, se entrelaçando com as notórias mudanças nos valores da sociedade em geral no concernente ao papel do Estado e até mesmo no papel desempenhado pela família. Essas mudanças geraram e ainda geram questionamentos e inquietações e o resultado das mesmas ainda não se sabe ao certo e muito menos seus reflexos sobre a democracia.

A relação entre capital social e desenvolvimento econômico também é assunto que gera uma gama de argumentos aparentemente plausíveis, sendo que o mais comum deles é o de que nas regiões onde não há confiança mútua a incidência de

¹⁶ PUTNAM, Robert. *Bowling alone: America's declining social capital*, *Journal of Democracy* (1995).
Citação: D'Araujo, M. (2003, p.22).

frágeis instituições é maior o que, normalmente inviabiliza o processo democrático e o desenvolvimento econômico.

Para autores como Fukuyama, por exemplo, a confiança tem um papel fundamental no desenvolvimento e prosperidade de uma nação, pois repercute diretamente na economia de um país. O autor aponta, principalmente, as diferenças entre uma sociedade cuja associação ocorre espontaneamente e outra onde a sociabilidade é resultado de uma estrutura hierárquica autoritária, sendo que, a confiança mútua está diretamente relacionada à esfera religiosa e às tradições de um povo e a economia está permeada por esses valores culturais que, em alguns casos, tornam-se tão ou mais importantes que o capital físico.¹⁷

A associação feita entre democracia e capital social vem do fato de que, historicamente sempre houve uma correspondência entre a cultura de um povo e suas instituições políticas. Dessa forma as leis criadas para uma determinada nação não devem se desvincular de seus hábitos, tradições e de suas crenças. Manter a ligação das instituições políticas com o contexto em que uma determinada sociedade está inserida cria o que muitos autores chamam de cultura política sendo que, culturas políticas democráticas são, em suma, aquelas onde predominam o espírito cívico, ou seja, onde a população está habituada a criar associações para os mais diversos fins, como, por exemplo, os religiosos, educacionais e políticos.

Uma sociedade carente de organização, de liberdade e de cultura cívica, seria também deficiente de capital social, cuja existência dependeria da ocorrência de uma confiança mútua e de relações horizontais de poder e, sendo assim não haveria também uma bem-sucedida democracia.

1.3 – Opções teóricas.

Para a conclusão do corrente capítulo e para que possamos dar continuidade ao trabalho proposto, torna-se imprescindível explicitar nossas opções teóricas,

¹⁷ FUKUYAMA, Francis. *Confiança: As virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro, Rocco, 1996. Citação: D'ARAUJO, Maria (2003, p. 33).

ressaltando que todas elas demonstram, cada uma à sua maneira, argumentos plausíveis para a consolidação do ideal democrático.

A escolha pela teoria de Robert Dahl deve-se à sua visão mais direta a respeito da democracia com idéias que facilmente se encaixam em situações observadas nos dias atuais o que, certamente será útil para que o leitor possa refletir ao deparar-se com as questões assinaladas neste trabalho.

Sua contribuição se manifesta de maneira visível no decorrer de cada capítulo onde são apontados diversos problemas enfrentados por sociedades ignoradas do continente africano, particularmente, em Serra Leoa que busca, ainda que de maneira tímida, a inserção do país no cenário mundial e, principalmente a participação efetiva da população nas questões políticas para que, dessa forma, seja possível considerar a região como propícia ao estabelecimento de uma democracia.

De uma maneira ampla conclui-se, mediante fatos apontados pelo autor, que na atual configuração política, social e econômica observada no sistema internacional, a democracia vem se mostrando, de maneira inegável, como a única forma de governo onde as pessoas podem usufruir de uma liberdade nunca antes imaginada e melhor, escolhendo as leis que irão reger suas vidas. Para tanto é necessário que cada cidadão compreenda a necessidade de acreditar e principalmente apoiar as instituições necessárias para a manutenção de uma democracia e, conseqüentemente exigir os direitos inerentes a ela.

Alcançar o real objetivo, ou seja, uma democracia plena, é algo que ainda encontra-se no imaginário dos mais otimistas, considerando-se que os requisitos para que o ideal democrático se concretize com a plenitude que se almeja são demasiado complexos para que se instalem, não somente em territórios de grandes proporções, mas em pequenas e instáveis regiões.

Diante da remota possibilidade do estabelecimento de uma democracia plena, pelo menos em um curto espaço de tempo, o que se tem buscado e, este fato tem se tornado comum, é que todas as pessoas ou pelo menos a grande maioria possa usufruir dos benefícios oriundos de um regime democrático e que os malefícios que tal regime não consegue conter sejam, na medida do possível, amenizados.

A questão do Capital Social também será abordada, de maneira mais indireta, no decorrer do presente trabalho para demonstrar que a sociedade possui um papel fundamental na implementação de uma democracia bem sucedida, agindo de maneira integrada, baseando-se na confiança e na cooperação. De alguma maneira o conceito de capital social mantém uma relação com o que vem acontecendo em algumas regiões do continente africano onde o Estado tem se tornado um problema na medida em que se comporta de maneira predatória e pouco transparente, fazendo assim com que muitos estudiosos considerem o conceito de capital social como uma alternativa viável para o início de uma transformação política e econômica permanente na região.

2. A Dominação Européia no Continente Africano

2.1- A conquista e a partilha do continente

A ocupação territorial sofrida pelo continente africano, ocupação esta perpetrada por potências européias, foi iniciada em meados do século XV, estendendo-se até o século XX e surgiu da necessidade em se descobrir novas rotas para o Oriente e conseqüentemente conquistar novos mercados.

O processo foi iniciado pelos portugueses que não se esforçaram em organizar suas colônias politicamente e, sobretudo, iniciaram uma retirada predatória de pedras e metais preciosos fazendo com que a população local abandonasse a agricultura o que, conseqüentemente atrasaria o desenvolvimento desses países. Surge então um desequilíbrio de grandes proporções que não se restringia ao meio ambiente em si, mas também às diversas tribos e etnias existentes, causando assim uma enorme desorganização econômica e social.

Expulsos pelos ingleses, holandeses e franceses, os colonizadores portugueses perderam o direito de permanecer nas zonas costeiras onde o comércio de escravos era o principal e mais rentável comércio.

Com enorme poder bélico e naval, a Inglaterra assumiu a liderança daquele processo de colonização na África. Para tanto estabeleceu novas colônias na costa, conhecida como costa do ouro e entregou o poder da região nas mãos de representantes da coroa inglesa ou colonos brancos.

Já os holandeses ocuparam a Cidade do Cabo, na África do Sul em 1652 implementando na região uma nova cultura conhecida como bôer, mas, diante do poderio apresentado pelo Reino Unido, a Holanda perde o controle da Cidade do Cabo na guerra que ficou conhecida como Guerra dos Bôeres.

Diante do surgimento de outras potências na luta pelo controle do continente africano, como Alemanha, Itália e Bélgica, percebeu-se a necessidade de dar início ao processo de partilha do continente, pois era evidente o aumento das hostilidades entre as potências.

O marco do processo de partilha se deu com a Conferência de Berlim em 1884 que tinha como objetivo disciplinar e definir a repartição amigável do continente africano, considerando-se a vital importância da missão do homem branco que era uma missão civilizadora. Dessa forma o continente africano apresentava-se como o território mais indicado para o processo de expansão, já que a América não parecia tão atraente e o oriente, assim como a Oceania, apresentavam dificuldades como a distância dos centros de atividade econômica e comercial europeus, tornando-se esses motivos suficientemente fortes para retardar o processo de expansão territorial nessas regiões.

Os elementos que tornavam a África irresistível para a colonização europeia eram, principalmente a proximidade geográfica, a inexistência, àquela época, de Estados nacionais fortemente centralizados, a incapacidade militar de impedir a ocupação e, finalmente, o fato de algumas dessas potências europeias já possuírem um certo controle de algumas partes do continente nas costas oriental e ocidental.

Na Conferência de Berlim, concluída em 1885, ficou acordado que a anexação de qualquer território deveria ser imediatamente comunicada às demais potências e que qualquer disputa deveria ser levada a uma arbitragem internacional, sendo que todos os países europeus envolvidos no processo de repartição, deveriam ter como grande objetivo vincular o continente africano ao sistema capitalista mundial, com todas as conseqüências econômicas e sociais que tal atitude pudesse trazer.

A arbitrariedade com que foi feita a partilha causou enormes conflitos que envolviam, não somente os países colonizadores, mas também as populações africanas, pois a divisão não respeitava sequer suas culturas e as diferenças étnicas¹⁸ além de ignorar totalmente a realidade sociopolítica preexistente.

¹⁸ A divisão se deu da seguinte forma: a Inglaterra ocupou alguns países da África Ocidental, do Sul e do nordeste do continente. Os franceses estabeleceram territórios na região central e na Ilha de Madagascar. Espanha e Portugal conservam as colônias sob as quais já possuía domínio, sendo a Espanha colonizadora de parte do Marrocos e Guiné Equatorial e os portugueses do Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. A Alemanha conquistou as áreas que hoje correspondem ao Togo, Camarões, Tanzânia, Ruanda, Burundi e Namíbia. A Bélgica conquista o Congo (ex Zaire) e, finalmente a Itália domina a Líbia, Eritreia e parte da Somália.

Correspondia à África então o difícil papel de servir de base para um novo e desigual processo de internacionalização e de estabelecimento do sistema colonial do imperialismo.

Pôde-se observar um descontrolado deslocamento de tribos, quando não de etnias, entre as unidades coloniais causando uma enorme desestruturação social e, conseqüentemente o aumento dos focos de resistência à dominação, seguidos de enormes manifestações que eram, na maioria das vezes, suprimidas pelos colonizadores de maneira violenta.

Outra estratégia das potências para facilitar a dominação era a exploração das rivalidades étnicas que ocorriam entre os próprios grupos africanos. Zelosos em manter sua própria história, língua, cultura e religião, enfim, sua própria identidade, cada um desses povos sentia-se ameaçado pelas demais comunidades existentes e era necessário então manter o domínio sobre os diferentes grupos étnicos. Dessa forma pode-se resumir a ocupação do continente africano como uma investida forçada e violenta das potências européias e que trouxe uma grande confusão cultural o que abalou permanentemente as estruturas das tradições locais.

Os meios utilizados pelos colonizadores europeus, principalmente ingleses, para subjugar os povos africanos foi descrito por um dramaturgo chamado Bernard Shaw da seguinte maneira:

"O inglês nasce com um certo poder milagroso que o torna senhor do mundo. Quando deseja alguma coisa, ele nunca diz a si próprio que a deseja. Espera pacientemente até que lhe venha à cabeça, ninguém sabe como, a insopitável convicção de que é seu dever moral e religioso conquistar aqueles que têm a coisa que ele deseja possuir. Torna-se, então, irresistível Como grande campeão da liberdade e da independência, conquista a metade do mundo e chama a isso de Colonização. Quando deseja um novo mercado para seus produtos adulterados de Manchester, envia um missionário para ensinar aos nativos o evangelho da paz. Os nativos matam o missionário; ele recorre às armas em defesa da Cristandade; luta por ela, conquista por ela; e toma o mercado como uma recompensa do céu..."¹⁹

2.2 - Impactos da colonização.

É difícil encontrar em alguma outra parte do mundo uma região que tenha demonstrado um tão dramático e acelerado declínio de um imperialismo ocidental como ocorreu no continente africano.

Desde o princípio do dito colonialismo não foi possível ignorar o impactante choque entre a civilização ocidental que buscava uma maior autoridade sobre o continente africano e uma população que buscava sua autonomia política e cultural. Essa incessante busca pela total independência de alguns países africanos, traduzia uma enorme necessidade de inserção da África no cenário internacional.

O período que antecedeu as colonizações na África foi marcado por algumas tentativas de contatos iniciados pelos europeus que, até o século XIX permaneciam basicamente nas proximidades da costa, sendo o interior africano ainda comandado exclusivamente por grupos tribais nativos. As investidas européias que, de certa forma afetaram, direta ou indiretamente, em diferentes graus a população africana deram início a uma intensa comercialização entre europeus e africanos o que trouxe para o continente uma série de novas necessidades e conseqüentemente diversas disputas entre os próprios africanos.

O mundo naquele momento possuía uma visão deturpada de quem realmente era o africano, visão essa influenciada pela Europa e que pode ser entendida na seguinte afirmação: “Durante a colonização criaram uma imagem dos negros como escravos, algo que foi assimilado pelos africanos e seus descendentes. Além disso para o restante do mundo os africanos eram tidos como pagãos e raças inferiores sem lei.”²⁰

A tentativa de colonizar uma região considerada tão inferior definiu o papel da África no contexto mundial até os dias de hoje, onde ainda se observa a dificuldade em se desassociar o papel do negro, em vários aspectos, daquela figura com menor significância e da imagem de subserviência.

¹⁹ “The Man of Destiny”, citado por LINHARES, M Yedda. A luta contra a metrópole. São Paulo. Brasiliense, 1983. p.36.

²⁰ Ki-Zerbo, J. (1972, p.40).

Alguns autores defendem que sempre existiu na África, desde os tempos mais remotos, a escravidão entre a população autóctone e que os mesmos possuem uma predisposição para tal situação. Apesar de estranha, a primeira afirmação pode ser comprovada com dados históricos o que não leva, necessariamente o povo africano a condição escravo por natureza.

O que realmente ocorre e sempre ocorreu naquela região era uma escravidão doméstica, em que o escravo era, geralmente um criminoso, considerado inferior, mas que não perdia sua posição como membro da família.²¹

As conseqüências dessa subordinação imposta pelos europeus ao povo africano foram sentidas não somente na esfera econômica e política, mas também na esfera demográfica o que abalou significativamente a dinâmica interna do continente. O aumento vertiginoso de propriedade sobre os escravos, tornava os mesmos seres inferiores o que, para os dirigentes políticos, justificava as ações arbitrárias e a utilização de meios coercitivos e cruéis para impedirem revoltas.

O fato é que, ao final da escravidão criou-se uma situação em que a idéia de dominação parecia fazer parte da vida da população africana, ou seja, era algo que simplesmente deveria ser aceito.

A declaração de ilegalidade da escravidão em 1772 na Inglaterra pelo lord Mansfield fez com que nos anos seguintes vários outros países como os Estados Unidos, Dinamarca, Portugal e Espanha seguissem pelo mesmo caminho, o que, na realidade não parecia negar o fato de que declarar a ilegalidade da escravidão não significava, necessariamente, aboli-la. O tráfico, mesmo que ilegal, era ainda uma atividade lucrativa para muitos países colonizadores, mas tal atividade, com o passar do tempo foi perdendo força e fazendo com que os interesses de países como a Inglaterra se voltassem para a extração e comercialização de ouro, animais nativos e o marfim.

De fornecedora de escravos, a África passou também a fornecer bens importantes para a Europa, tais como café, amendoim, cacau, sisal, borracha e cobre e com a nova e lucrativa fonte de riqueza, os países colonizadores iniciaram a criação de

áreas para alojar milhares de escravos libertos como foi o caso da criação de Freetown, capital de Serra Leoa, pois se fazia necessário criar uma forma alternativa de manter a economia ativa no continente, tarefa essa que se apresentava difícil, principalmente em lugares como a Nigéria e Serra Leoa, por exemplo.

Mesmo buscando eliminar as fontes que originavam a escravidão na África, países como a Inglaterra deram início a uma maior penetração em suas colônias com o argumento de que deveriam protegê-las de vizinhos hostis e que, era necessário converter os africanos e tornar seu nível de vida melhor, ou seja torná-los mais europeus.

Para que a colonização fosse concluída, era necessário que houvesse um reconhecimento por parte das populações subjugadas da autoridade que as nações européias impunham no continente e, de fato, o sistema colonial na África apresentava-se como um domínio político cujo poder se mantinha nas mãos de um grupo étnico totalmente diferente do que se conhecia no continente e isso insuflava a população local a buscar sua independência e o respeito por suas tradições e costumes.

A imposição de novos modelos políticos, do modo de se vestir, viver, de uma nova religião e sistema educacional, constituiu o ponto central para a idéia da superioridade européia e a subserviência africana.

Em última análise, o imperialismo europeu sobre os países africanos, deve ser julgado por seus desastrosos resultados e que transformaram a África no que se conhece hoje, com todas as dificuldades e limitações. Dentre esses resultados podemos citar a “precária existência de uma unidade ou Estado nacional, no sentido europeu do termo, as diferentes formas de retribalização da sociedade, agora sob o estatuto político independente e a extrema instabilidade política (ingerência estrangeira, conflitos intertribais e fronteiriços, correntes seccionistas dentre outros)”²²

²¹ De acordo com Ki-Zerbo (1972-41) a escravidão não era desconhecida antes da chegada dos europeus. Tratava-se de algo, de certa forma comum dar um tratamento diferenciado aos criminosos e para tanto era necessário que o mesmo percebesse sua inferioridade.

²² Entralgo, A (1987, p.235).

Países com uma política e uma economia dependente, como ocorre largamente no continente africano, em princípio parecem fadados a existir e funcionar dentro dos limites impostos por uma ordem mundial opressiva onde não há espaço para uma estruturação política tradicional o que significa que tal estruturação deve se ajustar aos interesses mundiais e deve coexistir de maneira totalmente injusta.

A participação africana no cenário internacional de hoje é um reflexo da mistura de forças e tradições que deram ênfase a um poder político centralizador e não-democrático e que transformou a África em um mero continente a ser explorado, fazendo com que os africanos, além das incontáveis dificuldades por que passam, busquem uma identidade própria entre tantos elementos implantados em sua história.

Como bem colocado por Joseph Ki-Zerbo “os países africanos, quebrado o parêntese colonial, muito se assemelham ao escravo libertado que se põe à procura dos seus e quer saber a origem dos antepassados”. (Ki-Zerbo,1972, p.275)

Diante de tantas evidências conclui-se então que as razões do lento ritmo de crescimento das economias africanas estão assinaladas no passado colonial dessa região. A lenta e tardia descolonização de países africanos e a dificuldade de se eliminar as distorções estruturais criadas pelo passado colonial são a prova da influência negativa que a Europa teve sobre a África Negra.

Os períodos pré-colonial e colonial configuraram a África que conhecemos hoje com o alto grau de dependência externa e má formação estrutural trazendo à tona a enorme vulnerabilidade dessas economias com mudanças que freqüentemente ocorrem na esfera da economia mundial.

A África, de maneira muito mais aguda que qualquer continente onde existem países em desenvolvimento, foi e ainda tem sido fortemente afetada por todas as crises econômicas capitalistas, crises essas caracterizadas por seu forte e desestruturante impacto, apesar de estar o continente africano marginalizado pelo capitalismo. Assim a África vem sofrendo ao longo do tempo os efeitos negativos das diversas crises o que vem se aprofundando e semeando problemas sócio-econômicos na região, aparentemente irremediáveis a curto ou médio prazo.

A situação proposta implica também em um menor aproveitamento dos benefícios absorvidos, em contraposição aos demais países subdesenvolvidos que alcançaram, em maior ou menor grau, alguma taxa de crescimento que os possibilitou um certo nível de industrialização.

Em meados dos anos 80, mesmo com a surpreendente recuperação da economia norte americana e de outros países desenvolvidos, a economia africana se mantinha em acelerada contração.²³ O resultado desse lento crescimento da economia africana seria, a partir desse ponto, contrastada como ritmo acelerado do crescimento demográfico, o que viria a prejudicar substancialmente o auto-abastecimento no que diz respeito, principalmente, ao setor de alimentos. Dessa forma criou-se uma dependência que ainda hoje é latente de ajuda humanitária internacional no fornecimento de comida e outros produtos de primeira necessidade. Essa situação contribuiu para a criação de um termo que parece descrever exatamente a assustadora situação vivenciada na África: o quarto mundo.

²³ De acordo com o The World Bank Annual Report, 1983, a taxa bruta de inversões dos países da África subsaariana passou por uma cifra de 8,1% na década de 60, a uma taxa de 5,5% de 1970 a 1978 e de 3,02% em 1981.

3- O surgimento do quarto mundo.

3.1- A África contemporânea.

O continente africano, comumente chamado Continente Negro, é composto por diferentes regiões com características históricas, geográficas e étnicas separadas pela barreira geográfica do Deserto do Saara.

Na África do Norte, onde há predominância de habitantes de pele branca, é possível observar a presença de árabes e povos de raça mediterrânea, mesclados, em alguns casos, com elementos da cultura negra; a África Central ou subsaariana é habitada em sua quase totalidade por povos de cor negra e, finalmente, a África do Sul que destaca-se das demais regiões por ser hoje quase totalmente habitada por europeus e seus descendentes.

O presente trabalho terá como enfoque principal o estudo a cerca da África Negra que é hoje constituída por diversos países independentes e cuja autonomia política só foi conquistada em tempos recentes e, em especial Serra Leoa, país que luta contra o título de nação mais pobre do mundo e que busca incessantemente a inserção no cenário mundial.

Por tratar-se de países onde há pouco foi possível instituir o que se convencionou chamar Estados-nação, é quase óbvio que inquietações estejam presentes em várias partes da África Negra, pois, historicamente é possível constatar que dificuldades sempre acompanham países recém instituídos. O que diferencia a África de outros continentes cujos países conquistaram sua independência é que, nessa região especificamente, tais dificuldades extrapolam a esfera política e fazem com que questões graves e complexas tornem hostil parte daquele continente.

Questões sociais e culturais também desencadeiam uma série de conflitos além, é claro, do enorme apetite de grupos armados aguçado com a falência dos Estados nacionais e que afetam grupos que ainda subsistem sob regimes tribais, regimes estes que coexistem com sistemas políticos distintos e, por vezes antagônicos, pois muitos países adotam o sistema parlamentar de governo, com padrões europeus e que, geralmente não se harmonizam com a cultura local.

Observa-se então que uma parcela não muito significativa da população, mas com enorme capacidade em adaptar-se ao novo tipo de organização política implementada nesses países, por imposição das antigas metrópoles, encontra-se hoje no poder em contraposição a uma maioria esmagadora, para a qual o sistema parlamentar não possui sentido algum.

Tal sistema não foi algo criado espontaneamente pelas sociedades ali existentes o que torna essas instituições artificiais, forçadamente implementadas em sociedades onde não há divisões de classes sociais e onde a função social e a posição de seus membros são determinadas por suas tradições ou desde o nascimento, ou seja, o tipo de organização social existente ainda hoje em algumas regiões da África se baseia na impossibilidade de ascensão ou descenso de seus membros. O indivíduo não é avaliado pela quantidade de bens que venha a possuir ou por sua riqueza intelectual, mas sim pelo seu papel na organização em busca da subsistência da tribo.

Portanto, para os africanos da região subsaariana apresenta-se como algo estranho a implementação de um sistema monetário, por exemplo, aos moldes ocidentais onde se pagam impostos e onde se busca a aquisição de produtos industrializados. Outra diferença importante é que, para essas sociedades tribais o trabalho não é um dever moral e não existe, em sua essência, uma necessidade social da maneira como é entendida pelo europeu, por exemplo, com a idéia de especialização profissional e técnica.

Dessa forma, não se observam em grande escala na África Negra tensões geradas por posições econômicas, visto que a diferenciação social é algo que não faz parte da cultura desses países. Esse incompleto e difícil processo de formação de classes surge, dentre outros fatores não menos importantes, da ainda forte influência das relações sociais tradicionais como as relações tribais, de sangue e patriarcal. Sendo assim, os poucos conflitos de classe observados dentro dessa enraizada cultura apresentam a impossibilidade de uma definição clara do real significado social das lutas políticas.

Toda essa situação tendo a ela associada a existência de partido único e ditadura militarista em muitas daquelas sociedades, trouxe consigo um ceticismo generalizado com relação à implementação de uma democracia e a imposição dessas

diretrizes aos habitantes daquela região é acompanhada do simples argumento de que “a instauração de um regime de maior liberdade no campo político, poderia levar a uma divisão e a uma violenta disputa pela grande quantidade de chefes tribais ali existentes, ou seja, a redução dos direitos políticos evitaria o caos.”²⁴

A situação de dominação política observada na África Negra é bem conhecida. Não é difícil nos depararmos com sistemas totalitários e monopartidaristas dissimulados que perpetram o medo e impõem um silêncio quase absoluto nas populações africanas onde não se pode negar a existência de um poder ilimitado que subjuga a população negando-lhes direitos essenciais como, por exemplo, o de liberdade para criação de associações e liberdade de expressão. Nessa interminável disputa pelo poder, atitudes inaceitáveis tornam-se válidas como golpes de estado, eleições fraudulentas e até mesmo prisão e morte de opositores políticos.

A ausência de leis que protejam os cidadãos, não só da violência urbana, mas também dos desmandos e arbitrariedades do próprio governo, criam pessoas amedrontadas (sociedades apáticas) e intolerantes às diferenças, diante da total impunidade em que vivem dezenas de criminosos na África Negra, impunidade essa que traz uma total desconfiança na ordem forçadamente estabelecida.

Parece claro que o que falta naquela região são pessoas com uma visão política mais humana e com maior preocupação acerca do respeito aos direitos dos cidadãos que hoje encontram-se indefesos diante da indiferença governamental.

Conclui-se, portanto que a principal meta a ser traçada deve ter início no estabelecimento de um sistema político estável e concreto que tenha suas raízes na democracia, o que implica em uma maior participação política e pluripartidarismo e que imponha limites ao poder desenfreado de que dispõem os dirigentes políticos na África Negra.

Diversos outros fatores contribuem para a estagnação social e econômica vivida no continente africano como, por exemplo, a má utilização das riquezas nacionais, uma nada transparente administração dos bens públicos, o individualismo e a total falta de interesse no desenvolvimento de uma economia estável e progressiva que converta para o próprio continente as riquezas extraídas da terra.

²⁴ Neme, M. (1966, p.46).

O fato é que, durante o processo de independência as pessoas envolvidas diretamente na política criaram uma imagem extraordinária do que seria a conquista da autonomia. Seria algo grandioso e traria a felicidade e bem-estar para aqueles povos e, na realidade o que se observou com a independência em nada se parecia com o que foi proferido pelos líderes políticos. Abalos econômicos profundos, aumento das despesas públicas, aumento desenfreado da corrupção, permitiram o que hoje assistimos, de maneira impassível, como por exemplo, o luxo de que desfrutam grupos restritos em detrimento de uma população miserável, cuja renda per capita gira em torno de 20 dólares mensais. E, como resultado, o que se vê é o crescente descontentamento popular associado a outras situações que, conseqüentemente, aumentam os focos de tensão na região. Pan-africanismo, nacionalismo exacerbado, rivalidades étnicas, implementação de políticas exógenas, são alguns dos estopins geradores de grandes e violentas disputas.

A histórica ausência de uma estrutura social na África Negra, mantida em virtude da distinção entre etnias, costumes, cultura e idiomas provoca a anteposição entre os dirigentes políticos com suas idéias ocidentais e o enorme contingente nativo.

É difícil afirmar que a situação se estabilizará e mais complicado ainda é afirmar que esta estabilização virá por meio de regimes de governos democráticos com a existência de partidos representativos a exemplo do que ocorre no ocidente.

A estratificação social na África, geralmente rígida e opressiva, é alcançada por meios que negam explicitamente a democracia. A situação apresentada dá margem então a movimentos que se alastram pela África Negra sejam eles desencadeados por puro inconformismo ou interesses divergentes, de caráter político ou religioso e que por fim encontram no diferente o alvo para suas investidas em desrespeito a ordem estabelecida. Em contrapartida, para sufocar tais movimentos, torna-se mais simples, surtindo efeitos mais imediatos, a supressão de partidos e a prisão dos descontentes restando aos demais, os que por medo não se manifestam, a aceitação de governos e instituições que não se adequam ao sistema de vida da grande maioria dos habitantes daquela região.

Hoje, apesar da ineficácia da constituição adotada em diversas regiões na África, não se pode desconsiderar a importância de sua utilização, pois trata-se de algo fundamental para o Estado de Direito.

A relutância que impossibilita a implementação de uma constituição plena e eficaz pode, sem dúvida, ter suas origens em elementos culturais que seriam refratários de tal constitucionalismo, mas essa não é a única razão para a criação de óbices referentes a essas questões. É possível apontar outros fatores que contribuem para a forte oposição ao regime proposto, dentre eles o autoritarismo dos dirigentes políticos, que, por muitas vezes se utilizam de argumentos culturais para justificar seus desmandos e a má utilização dos recursos disponibilizados que, além de maximizar a instabilidade social, desencoraja muitos investidores externos, que por sua vez tendem a ignorar o mercado africano.

O consumo exacerbado de bens por parte de alguns dirigentes políticos faz com que parte substancial do capital privado não seja investido no país, marginalizando assim a maioria esmagadora da população e trazendo uma crescente desconfiança naquele país. Sendo assim, a tentativa de promover o desenvolvimento econômico e realizar a coesão nacional apresenta-se como um objetivo cada dia mais distante. Tal afirmação justifica-se pela imposição de regimes autoritários que parecem generalizados naquela região, pela política do clientelismo, pela crescente dívida externa e pela dramática piora nas condições de vida da população.

Vale ressaltar que outro grande responsável pela situação crítica pela qual passam milhões de pessoas no continente africano é a crescente e desordenada lógica de competitividade que vem acompanhando o processo de reestruturação do capitalismo, tendo a busca desenfreada pelo lucro como um enorme obstáculo na luta contra a fome e a miséria. Sendo assim, observa-se que o tão anunciado acesso ao desenvolvimento tecnológico, assim como a possibilidade de um maior consumo não trouxe consigo a igualdade entre os povos, de maneira que aparenta ter criado uma separação abissal entre os mais ricos e os mais pobres.

Tal situação é externalizada, principalmente, no continente africano, continente esse hoje marginalizado pelo capitalismo e onde a situação sócio-econômica se degenerou drástica e rapidamente.

As cifras apresentadas pelo continente em 1965, por exemplo, demonstravam o enorme potencial de desenvolvimento da África ²⁵, potencial este que se viu transformar em um dos mais dramáticos processos de subdesenvolvimento no que se convencionou chamar de terceiro mundo.

O delineamento da história africana culminou em diversas formações estruturais deficientes, conseqüência do caráter unilateral das ações coloniais, o controle desenfreado por parte de empresas estrangeiras da atividade comercial e as enormes dificuldades impostas ao desenvolvimento técnico-científico e educacional.

Numa primeira análise, é possível identificar alguns motivos que levaram praticamente o mundo todo a ignorar a situação africana. O primeiro ponto traz à tona o valor, quase insignificante que boa parte da África possui hoje em uma perspectiva direcionada ao capitalismo informacional. Tal situação retira muitos países africanos da rota da tecnologia e da informação. O acesso a produtos básicos ligados à comunicação, por exemplo, é algo indisponível a muitos povos daquela região.

A conseqüência dessa marginalização é o colapso econômico e a desintegração de alguns Estados. Adicione-se a isso o surgimento de incontroláveis epidemias e violentas guerras civis e o resultado é a culminância de um caos social e político sem precedentes na história e que, além de todo o retrocesso fragilizou a economia e o mercado interno africano desencadeando um processo de desestruturação e, conseqüentemente o de desmoronamento impedindo que se levasse adiante o processo de industrialização, tornando a taxa de crescimento da economia africana inferior a de qualquer região do mundo, principalmente no que diz respeito à indústria, agricultura e serviços.

Ironicamente essas crises vêm a ocorrer exatamente no momento em que o mundo, inclusive os países em desenvolvimento, passam por um processo de modernização tecnológica e, principalmente pela industrialização acelerada, restando

²⁵ Em 1965, a África fornecia 22% da produção total mundial de cobre, 67% do ouro, 90% dos diamantes, 8% do petróleo, 76% do cobalto e 25% ou mais de metais como antimônio, manganês e metais do grupo da prata. Era visível também o rápido crescimento com relação ao petróleo, gás natural, mineral de ferro e bauxita.

Fonte: J. Bhagwati, Ed: La economía y el orem mundial em el año 2000, México, Ed Siglo XXI, 1976, p. 310.

aos países africanos apenas a dependência de auxílios financeiros e de ajuda internacional.

A industrialização, processo não muito comum no continente africano, teve início realmente no período pós-colonial, salvo algumas raras e quase insignificantes exceções. Outro processo que não obteve êxito foi o de tentativa de substituição das importações, processo este que ocorria em meados da década de sessenta e que passou por um período de estagnação que retardou o amadurecimento da idéia.

Com enormes dificuldades em saldar suas dívidas com outros países, algumas regiões africanas tornaram-se reféns de países credores no concernente a políticas de ajustes, tornando-se subservientes nesse aspecto.

É, portanto de conhecimento geral que a África Negra é o continente mais pobre da Terra e que, grande parte de sua população está submersa na mais absoluta pobreza. Não se trata aqui de qualquer pobreza e sim de seres humanos cuja renda não lhes permite usufruir de uma dieta mínima adequada.

Surge então, diante de tamanha desproporcionalidade, uma questão cuja resposta, de certa forma, indica o início de uma mudança no continente africano. É possível inspirar confiança nas numerosas populações nativas e buscar, de maneira efetiva, uma conciliação entre o crescimento econômico, absolutamente necessário e o modo viver daquelas pessoas, levando-se em consideração suas crenças e tradições?

O que não se pode negar é a necessidade da existência desse vínculo entre as instituições políticas e os hábitos da população onde se busca introduzir um sistema ou regime exógeno.

Montesquieu compreendeu a necessidade que havia das instituições políticas não serem segregadas do contexto onde se buscava inseri-las e, percebeu também que a mudança dos valores acerca da democracia não admitia mais que aspectos culturais fossem ignorados.

Para Tocqueville “sem sociedade civil organizada, sem cultura cívica e liberdade, não haveria confiança nem relações horizontais de poder. Não haveria “capital social”²⁶, e sem capital social não haveria democracia bem-sucedida”.²⁷

Tentar conciliar uma organização social tão tradicional às idéias capitalistas ocidentais na região africana, implicaria em uma profunda e difícil transformação no sistema cultural daquele povo. De acordo com Leopold Senghor a única via possível para se evitar uma catastrófica estagnação da região seria libertar o povo das amarras de suas raízes tribais. “A verdadeira cultura significa sempre desenraizar.”²⁸

Para Mamadou Dia²⁹ “a abertura da África tornaria possível a síntese entre o valor individual e a sociedade” de forma que manteria valores sócio-culturais, mas permitiria uma abertura necessária para a aceitação da política alienígena que traria o equilíbrio almejado. A idéia, portanto seria a absorção de uma determinada parcela da cultura ocidental.

Mas tal idéia não é incipiente e, desde sua origem, mostrou-se difícil, quase inalcançável, pois os processos de humanização parecem não surtir os efeitos almejados e, dessa forma, a reação da população tem sido negativa levando muitos a lutarem destemidamente pela manutenção, quando não pela restauração dos sistemas culturais tradicionais.

Observa-se uma enorme resistência em educar as futuras gerações nos valores e padrões ocidentais mesmo quando somos impelidos a considerar o sistema europeu como o melhor e mais adequado sistema para reativar regiões que se encontrem em estagnação política, social e econômica. Tal ponderação nasce da idéia de que o continente europeu é o símbolo da democracia e da igualdade.

A atual situação da maioria dos países africanos pode ser entendida como o resultado de um desgastante enfrentamento de forças onde a dificuldade em estabelecer ou afirmar uma identidade própria dos povos africanos e uma consciência

²⁶ De acordo com Maria Celina D’Araujo em seu livro *Capital Social*, o termo se refere à capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos, ou seja, Capital Social é a argamassa que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando à produção do bem comum.

²⁷ Da obra de sua própria autoria *Democracia na América*.

²⁸ 1993 — Liberte: Les Dialogue des Cultures. Citação de Neme, D. (1966, p.24).

²⁹ Líder de uma tentativa fracassada de golpe de estado no Senegal em 1962, que tinha como objetivo derrubar o então primeiro ministro Leopold Senghor.

nacional é conseqüência de uma colonização onde a perda da independência desses povos foi inevitável e onde os cidadãos transformaram-se em súditos oprimidos para garantir o conforto de seus colonizadores estrangeiros.

Outro fator que pode ser apontado como contribuinte para o problema das nacionalidades africanas é, além da ausência de uma solução democrática, a composição étnica da população que traz consigo uma inexorável criação de facções nacionais e rivalidades étnicas, onde não se pode ignorar a força implacável dos antagonismos religiosos.

Mesmo diante da resistência da população a dominação foi levada adiante, tendo em cada região um objetivo próprio criado pelo colonizador, de maneira que, mesmo com as diferentes formas de colonização todas as regiões ocupadas tinham algo em comum: a subserviência e a opressão, tendo uma de suas facetas mais cruéis verificadas em uma região africana específica: Serra Leoa.

4. O difícil estabelecimento de uma democracia plena: o caso de Serra Leoa.

4.1- Caracterização histórica e geográfica de Serra Leoa.



Situada na Costa Oeste Africana, Serra Leoa possui nas regiões Norte e Leste uma cadeia de montanhas onde é comum a extração de diamantes, ouro e bauxita principal atividade econômica do país e que respondiam por dois terços dos rendimentos com comércio exterior. Outra importante fonte econômica é o turismo, afetado direta e negativamente pelos recentes conflitos internos ocorridos na região.

A população atual se divide entre duas principais etnias: a Mende e Temne que dividem o restante da região com outros grupos minoritários, em sua maioria imigrantes europeus e libaneses, quando não descendentes de escravos.

Serra Leoa é considerada uma das nações mais pobres do mundo e, além de possuir o menor índice de desenvolvimento humano ainda possui o título de nação com

a segunda maior taxa de mortalidade infantil, título esse comprovado por dados recentes que mostram que a cada mil crianças que nascem, 164 morrem antes de completar um ano de vida.³⁰ Outro dado alarmante refere-se ao índice de analfabetismo que gira em torno de 69% da população.

A partir do século XV os portugueses transformaram Serra Leoa em local de captura de escravos e no século XVII a Inglaterra ocupou o território, fundando, em 1786 a cidade de Freetown, hoje a capital de Serra Leoa que no ano seguinte passou a receber ex-escravos emancipados tanto da Europa quanto da América.

Com a proibição do tráfico de escravos, no século XIX, 70 mil africanos foram interceptados em navios negreiros e levados para a costa de Serra Leoa.

Em 1961 Serra Leoa conquistou sua independência sendo que, somente em 1967 Siaka Stevens tornou-se primeiro ministro do país, sendo, pouco tempo depois deposto por um golpe militar. Em 1968, um contragolpe o reconduziu ao poder e seu regime ditatorial foi mantido até 1980 quando foi deposto pelo general Joseph Saidu Momoh.

Em 1990, um plebiscito marcou a redemocratização que logo foi interrompida por um golpe liderado por Valentine Strasser. Tal golpe faz surgir, no nordeste do país a Guerrilha da Frente Revolucionária Unida (FRU), que por fim conseguiu assumir o controle de parte da região.

Em 1996 Strasser foi deposto e no mesmo ano foram realizadas eleições onde o Partido do Povo de Serra Leoa (SLPP) saiu vitorioso tendo como líder Ahmed Tejan Kabbah que tornou-se presidente em segundo turno com 59% dos votos. O primeiro governo civil em quase duas décadas iniciou diálogo com a guerrilha e trouxe a esperança de uma normalização da economia. Em 1997 um golpe militar liderado pelo major Jonny Paul Koroma aliado da Frente Revolucionária Unida, depôs Ahmed Kabbah, proibiu a criação e manifestação de partidos políticos e suspendeu a Constituição. Diante dessa situação os Estados Unidos se manifestam contrariamente ao golpe e, em protesto fecharam sua embaixada em Freetown que em seguida foi

³⁰ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU mede o desenvolvimento do país com base na expectativa de vida, no nível educacional e na renda "per capita".

bombardeada por barcos nigerianos, com o apoio de tropas da Guiné, na tentativa de reconduzir ao poder o presidente deposto.

A Organização da Unidade Africana (OUA) instituiu um boicote internacional ao país e em janeiro de 1998 soldados leais ao presidente deposto e forças do governo militar travaram uma batalha sangrenta pela disputa da cidade de Tongofield, o segundo maior centro produtor de diamantes local.

Em fevereiro daquele ano, o major golpista foi destituído e Ahmed Kabbah retornou a Serra Leoa no mês seguinte, reassumindo o governo e decretando estado de emergência, atitude esta que lhe permitiu prender cerca de 2 mil pessoas acusadas de colaborar com o regime militar liderado por Jonny Koroma e condenou o líder da Frente Revolucionária Unida (FRU,) Foday Sankoh, à pena de morte. Em contrapartida os guerrilheiros lançaram uma campanha de terror contra a população civil, matando e mutilando milhares de pessoas.

Diante de uma situação insustentável onde o conflito se agravava dia após dia, Ahmed Kabbah se viu abrigado a negociar com Foday Sankoh lhe concedendo a liberdade em 1999. Neste mesmo ano, governo e rebeldes assinaram um acordo de paz e, alguns meses depois, a ONU resolveu enviar cerca de 6 mil soldados e uma força internacional conhecida como (Unamsil) para que o acordo fosse mantido e a paz fosse restabelecida. O acordo previa a ocupação de ministérios por integrantes da FRU e Sankoh foi encarregado de supervisionar a mineração adquirindo um cargo com status de vice-presidente.

Em 2000 o acordo de paz entrou em colapso e a guerrilha voltou a espalhar o terror, seqüestrando 500 integrantes da Unamsil e obrigando a ONU a dobrar seu contingente na região.

A FRU planejava invadir a capital, mas o governo britânico, numa tentativa de evitar que isso ocorresse, enviou 1.500 homens, o que indicava grande preocupação por parte dos britânicos que não enviavam tão grande contingente desde a guerra das Malvinas. Apoiados pelas forças armadas britânicas, o exército de Serra Leoa parte para a ofensiva contra os guerrilheiros e Sankoh é preso na Capital e em seguida são resgatados pela ONU os últimos reféns que ainda estavam sob poder dos rebeldes.

Em 2001 surge um novo foco de tensão, dessa vez envolvendo Serra Leoa, Libéria e Guiné que disputavam o comando do tráfico de diamantes.

4.2 A busca pela consolidação da paz

Após quase uma década de golpes militares e intensas guerras civis, Serra Leoa atravessa um processo lento na tentativa de alcançar a estabilidade política e econômica dando ênfase à crítica situação de segurança na qual se encontra o país, situação esta detectada e divulgada no último relatório das Nações Unidas.

Os significativos progressos alcançados na região demonstram a melhoria no que diz respeito ao controle e monitoramento das atividades de mineração e, principalmente no concernente ao desarmamento da população, conquista essa possível também com a ajuda internacional e missões de paz.

Mas, apesar de todo o notório avanço, várias dificuldades ainda assolam Serra Leoa e, dentre elas podemos destacar problemas relacionados ao desemprego, carência logística de comunicação, crescimento deficiente do setor privado e, principalmente o lento processo de melhoria dos padrões de vida da população. O governo, no entanto, tem intensificado o trabalho de descentralização e, apesar do sistema judiciário ainda ser extremamente deficiente, a situação dos direitos humanos tem melhorado significativamente mesmo estando a história de Serra Leoa dividida entre a modernidade do ocidentalismo e a tentativa de se manter viva a tradição daquele povo. Trata-se de uma questão onde a palavra democracia possui um papel central e onde se pergunta se tal conceito pode ser aplicado em caráter universal, podendo a mesma ser adotada totalmente por qualquer sociedade, sem que suas características próprias sejam ignoradas.

Sendo assim, as deficiências e dificuldades de naturezas diversas e que se manifestam em problemas econômicos e institucionais sugerem ao mundo que aquele espaço geográfico específico não possui estrutura e capacidade para transpor as barreiras que impedem uma transformação democrática profunda e eficaz.

A doutrina se divide em três vertentes: há aqueles que acreditam que, para o alcance de uma democracia plena é necessário que haja inicialmente um ajuste e

conseqüentemente um desenvolvimento econômico ou o contrário, onde o desenvolvimento econômico sugere uma democracia estável. Para outros a consolidação de uma democracia só será possível mediante uma forte unidade nacional, com uma estrutura política e instituições fortes e, finalmente há aqueles cuja idéia de democracia parte do princípio de que os valores e as atitudes democráticas entre os cidadãos são fomentos para a implementação da mesma.

Essas três vertentes sugerem a separação de algo que parece indissociável, ou seja, cada uma, observando por sua própria ótica, procura enfatizar um ponto que entende como imprescindível para a democratização de um país, sendo que um Estado sem uma unidade nacional e instituições fortes e sem a vontade democrática de cada indivíduo, dificilmente alcançará um desenvolvimento econômico significativo.

A grande dificuldade encontrada por grandes líderes político empenhados em transformar Serra Leoa em um país onde se priorize a participação efetiva da população na vida política, é o fato de que nenhuma das fórmulas defendidas pela doutrina parece se aplicar integralmente àquele país em especial, onde sequer a unidade nacional foi alcançada, levando o país a uma divisão cada vez mais irremediável.

No momento atual é possível constatar que as chances da implementação de uma democracia plena em Serra Leoa vão de mínimas a impossíveis, visto que a instabilidade política, econômica e institucional demonstra a inviabilidade de tal ação.

Edward Luttwak³¹ afirmava que:

“A menos que se faça frente à enormidade de uma recolonização que estabelecesse as Nações Unidas como administração a longo prazo de um cada vez maior número de colônias africanas, a única coisa que se pode fazer é abandonar cada país e seus povos à sua sorte... O nível de desenvolvimento político que neles prevalece é sensivelmente insuficiente para por em funcionamento as estruturas de um Estado moderno. Inevitavelmente, os seus líderes são os principais saqueadores dos seus respectivos países, os burocratas atuam como chantagistas, os militares são, geralmente, a maior ameaça à segurança pública, e os polícias são mais propensos a roubar os seus concidadãos do que propriamente a defendê-los. “

Há, portanto, quem defenda uma democratização em Serra Leoa emergindo de fatores internos, próprios daquele povo o que não retira a complexidade da realidade daquela região tornando tais afirmações um tanto quanto básicas.

4.3 O aparente fracasso da democratização

Ao longo da história foi possível detectar vários momentos em que surgiram interpretações totalitárias oriundas de uma suposta vontade geral, onde a maioria da nação foi menosprezada diante de uma etnia predominante e, em um determinado momento essa mesma história assinalou um tipo de Estado-nação cujo objetivo era tornar-se soberano e unido em diversos aspectos, dentre eles o étnico, o cultural e o religioso. Esse mesmo Estado estaria interessado no bem-estar de sua população e, principalmente no progresso econômico nacional. O surgimento desse Estado forte não foi observado em Serra Leoa, onde a união étnica parece ainda uma utopia e o progresso econômico um sonho distante.

Mesmo com a culminância de sua independência e com a suposta conquista de uma dignidade, não se viu originar em Serra Leoa um Estado-nação viável, sugerindo até que, atualmente esteja em situação mais precária do que quando era uma colônia européia. Era algo, no mínimo desanimador tentar reproduzir o modelo de Estado-nação europeu em uma região cuja população ainda estava desprovida do conceito de entidade nacional ou Estado e onde o mercado nacional praticamente inexistia.

Após a independência de Serra Leoa, o valor estratégico que a região possuía para os países colonizadores foi diminuído drasticamente até que o país fosse abandonado à sua própria sorte e permanecesse em um interminável processo de seleção natural que levaria o país a uma situação degradante onde suas matérias-primas e sua mão-de-obra abundante não teria mais valor para os países desenvolvidos.

À primeira vista o que se imaginava era que os países colonizadores, buscavam uma maneira de se livrar do peso que as lutas anticolonialistas impunham a eles, no aspecto sócio-político. Na outra extremidade estavam os serraleoneses que

³¹ Assessor da Casa Branca no mandato do presidente George W. Bush.

acreditavam piamente que sem independência não haveria desenvolvimento e não importava que o país estivesse mergulhado na mais absoluta pobreza, pois a lacuna deixada pelos europeus seria preenchida pela ajuda internacional. Essa estratégia não deu os frutos esperados, sendo que o que se vê hoje em dia em Serra Leoa é uma economia atrasada onde o desenvolvimento é apenas um mito distante.

Uma pergunta comum e que circunda os mais diversos estudiosos é o porque da enorme dificuldade de organização em países como Serra Leoa e a resposta aparentemente mais plausível é que, não somente durante o processo de colonização como também após a conquista da independência, os países desenvolvidos não levaram em consideração, na aplicação do princípio da autodeterminação “as condições mínimas de governabilidade da nova entidade, sua capacidade de dar bem-estar à sua população, a sua disponibilidade de empresas competitivas, produção de alimentos e energia, bem como a possibilidade de respeitar os direitos humanos.”³²

Assim, os dirigentes de Serra Leoa se depararam com uma realidade onde se observava o incontrolável crescimento de sua população em meio a uma pobreza avassaladora, a falta de mercado nacional, o preço irrisório de suas matérias-primas, a falta de uma estratégia para obter uma maior ajuda internacional e um tratamento diferenciado no âmbito do comércio internacional e nos investimentos.

Seria uma enorme pretensão tentar inserir, no contexto mundial, um país onde os regimes autoritários ainda impunham o medo e o silêncio e cujo sistema democrático estava longe do ideal. Com governos, por vezes eleitos, mas não democráticos e que não se submetem à fiscalização de órgãos judiciários nem legislativos autônomos, o resultado não poderia ser outro além do aumento do clientelismo e da enorme roubalheira observada em Serra Leoa.

Diversos outros argumentos podem ser fornecidos na tentativa de explicar com maior fundamento o fato da região enfrentar tantas dificuldades em se democratizar, o que nos remete a temas que parecem se encaixar perfeitamente na questão. Além da falta de reconhecimento dos direitos e liberdades políticas e civis, as diferenças étnicas são, sem dúvida, as maiores preocupações.

³² Rivero, O. (2002, p.25).

Na história africana outros processos de democratização foram observados onde se supunha que a independência política e a democracia estavam interligadas assim como teria ocorrido em outros estados de outros continentes. Mas o fato é que em países como Serra Leoa esse processo trilhou caminhos distintos aos que o ocidente conhecia ou pregava. A preferência por uma maior estruturação estatal parecia obrigar à existência de governos autoritários que lutassem de maneira mais enérgica contra as tentativas de liberdade política e econômica. As tentativas de democratização que se seguiram foram frutos de ações externas como o aumento da ajuda internacional, ainda insuficiente, ou por fatores também exógenos como, por exemplo, o desmantelamento do bloco comunista que repercutiu diretamente nas ditaduras existentes no continente africano, pois as mesmas eram apoiadas pelo bloco soviético, do qual recebiam subsídio estratégico para, pelo menos, subsistirem como economias inviáveis. Durante a guerra fria parecia óbvio que a violência interna existente na região era estimulada pelas políticas imperialistas das duas superpotências, o que sugeria que “toda desordem doméstica era suspeita de impregnação ideológica.”³³

A guerra fria acabou, mas as lutas e conflitos armados pareciam estar longe do fim, pois após a queda do muro de Berlim dezenas de conflitos apareceram ou ressurgiram em diversos países, inclusive em Serra Leoa onde foi patente a utilização dos mais variados artifícios para se manter o poder nas mãos de dirigentes inescrupulosos, sendo que em praticamente em todos os casos houve um grande retrocesso no concernente à situação social, política e principalmente econômica do país, o que culminou na multiplicação dos conflitos.

Este fato sugere que a causa dos conflitos internos na região não eram estimulados apenas pelas políticas imperialistas, mas também por outros fatores não menos complexos como a explosão demográfica urbana, o desemprego, ressentimentos sociais, étnicos e religiosos exacerbados pela inviabilidade econômica.

Imediatamente após o fim da guerra fria e com a conseqüente diminuição dos recursos financeiros, iniciou-se uma forma de captar recursos que se resumia em gerar um interesse direto nas catástrofes humanas para assim, atrair a atenção da comunidade internacional e receber doação de recursos, estratégia esta que, em

³³ Rivero, O. (2002, p. 169).

princípio funcionou, mas que em um curto espaço de tempo não rendia mais os frutos esperados.

Os fatos históricos mostram que, qualquer Estado nasce com maiores chances ao subdesenvolvimento que ao desenvolvimento e essa lei perversa tem criado entes políticos com pouca ou nenhuma viabilidade econômica e política além de “filhos da autodeterminação, mas não do progresso político.”³⁴ Outra consequência disso é que o homem tende a ignorar, quando não chega ao extremo de eliminar, qualquer pessoa que venha a ser diferente em qualquer aspecto não apenas físico e essa manifestação de intolerância tem sido defendida como um meio legítimo para fazer prevalecer a vontade das tribos, clãs ou até mesmo do Estado-nação.

Após a independência, Serra Leoa não pôde desfrutar de um único ano de paz sendo que na maioria das guerras enfrentadas na região, muitos países do ocidente tiveram participação direta ou indireta, provocando ou provendo motivos para tal e trazendo o empobrecimento da região, despatriando a população e aumentando significativamente o número de refugiados. Essa interferência traz à tona os reais interesses de países estrangeiros que financiam guerras em Serra Leoa motivadas, em sua maioria pela grande quantidade de diamantes existentes na região e que hoje é controlada por máfias de pedras preciosas que muitas vezes contam com a participação de dirigentes políticos.

Serra Leoa deve evitar que o tecido social se desfaça por completo e leve ao colapso a idéia da construção de um Estado-nação. Para tanto é necessário que seu governo e sua sociedade civil se unam em um grande esforço para alcançar o equilíbrio entre os recursos, que estão insuficientes, como alimentos, água, energia e a utilização de uma estratégia para alcançar um maior poder de barganha frente ao mercado internacional.

³⁴ Rivero, O. (2002, p.156).

Conclusão

Diante de tamanha dificuldade e dos múltiplos obstáculos enfrentados em Serra Leoa desde os tempos coloniais, chega-se à conclusão de que a existência de um Estado bem estruturado, dinâmico e interessado em resolver os enormes problemas sociais enfrentados hoje na região é um requisito indispensável para que surja, mesmo em pequenas doses, o ideal democrático.

A forçada assimilação de vários séculos da cultura e da história europeia no curto espaço de tempo em que ocorreu a colonização em Serra Leoa parece ter criado um conceito totalmente desconexo da idéia de Estado e a conseqüência disso é que, um pseudo Estado que não se mostra capaz de exercer sua autoridade sobre o território ou sobre sua população consegue manter uma democracia apenas no campo teórico e nada mais. Isso explica a enorme necessidade de que o Estado esteja totalmente consolidado como ocorre em outros países africanos como o Gabão, Senegal e África do Sul, por exemplo.

Verifica-se então que a implementação ou o início sólido de um processo de democratização em Serra Leoa está sujeito a interferências tanto internas, relacionadas às características próprias daquela população, como exógenas materializadas pelo processo de globalização que mostra as limitações de um Estado desenhado e vendido pelo ocidente e cuja capacidade para fazer frente aos problemas que afligem a população é duvidosa. Assim, assistimos freqüentemente em Serra Leoa cenas aterrorizantes de guerras marcadas por um verdadeiro genocídio o que demonstra que o Quase-Estado-Nação existente naquele país subdesenvolvido vem, gradativamente, mergulhando em uma violência generalizada “criando entidades ingovernáveis e sendo contagiado por uma praga emocional de pseudo-especialização que leva grupos rivais à mutua negação de humanidade”³⁵, diferentemente dos países desenvolvidos onde as diferenças étnicas, religiosas e culturais não segregam a sociedade porque “a gratificação material ajuda a manter a coesão”³⁶.

³⁵ Rivero, O. (2002, p.169)

³⁶ Rivero, O. (2002, p.170)

Em Serra Leoa, a exclusão social reacende ressentimentos de todos os tipos, deflagrando lutas que contribuem para inviabilidade de um verdadeiro Estado e de uma verdadeira Nação.

A prioridade atual é trazer um equilíbrio físico-social independente de ideologias, resultando assim em um consenso ou um “Pacto pela Sobrevivência”³⁷, mas para que pactos como esses sejam possíveis a condição fundamental é a existência de regimes realmente democráticos, pois devem surgir de um grande diálogo nacional e de uma convergência democrática entre governo, partidos políticos, empresários e sociedade civil. Necessário se faz também admitir que governos autoritários e não-democráticos inviabilizam o progresso por não admitirem o diálogo e a convergência necessária para que se encontre uma solução definitiva para os problemas que afligem Serra Leoa.

A questão do capital social e da cultura cívica é também de grande valia para fundamentação e estruturação de uma democracia na região, pois, se o objetivo é revitalizar a sociedade é necessário, antes de mais nada, que se revitalize a política democrática que requer uma prática permanente baseada na integração política de todos os cidadãos. A decepção com os dirigentes políticos em Serra Leoa não favorece os valores democráticos, mas ainda assim não se considera que a ditadura seja uma melhor alternativa à democracia na região.

A história de Serra Leoa tem sido, desde sua independência, uma história de uma gradativa disfunção e marginalidade, transformando-se, como consequência, em projetos nacionais inacabados, que nasceram sem opções de desenvolvimento tendo em vista a infeliz conjunção de sua independência com uma avassaladora revolução tecnológica, onde matérias-primas e mão-de-obra, algo abundante em Serra Leoa, não possuem mais o valor estratégico de antes, visto que hoje a economia global demanda cada vez mais produtos manufaturados de alta tecnologia e, sobretudo, serviços especializados.

A democracia e o respeito aos direitos fundamentais e a liberdade política formam parte do desenvolvimento humano e este não se limita ao crescimento econômico ou ao aumento do bem-estar material. A dignidade da pessoa não pode ser entendida sem o pleno respeito a todos os direitos inerentes a ela e cujo efetivo

³⁷ Rivero, O. (2002, p. 215)

exercício o Estado tem o dever de garantir não podendo negar a seus cidadãos direitos básicos, tais como a liberdade de expressão, o direito ao voto e o direito de associação.

Além do mais, a democracia é a forma mais adequada para a prevenção de conflitos, mas em uma sociedade como Serra Leoa onde os mecanismos para arbitrar as diferenças são falhos, adotar políticas de estabilização é uma tarefa que, provavelmente só dará frutos em um longo espaço de tempo.

A democracia que se busca para Serra Leoa hoje inclui regras essenciais que devem fundamentar o sistema econômico e social e cuja alternância de poder traga uma flexibilidade, contrapondo-se à rigidez ideológica do autoritarismo tão enraizado na região e que inviabilizou a existência de um Estado plural.

Esse processo de reforma política que se busca para a região requer mudanças significativas, não somente na estrutura institucional do Estado serraleonês, mas, principalmente no modo de governo, sendo essencial a existência de espaço para uma participação ativa dos cidadãos. A necessidade de um Estado forte e autônomo em suas decisões frente às pressões de grupos de interesses é essencial para uma administração pública palpável em Serra Leoa, mas a visível debilidade institucional na região vem se manifestando no baixo crescimento e na incapacidade da população local em superar as desigualdades.

O conceito de democracia está intimamente vinculado ao estado de direito e o Estado social e democrático de direito não deve se limitar a um único aspecto onde os cidadãos tenham seus direitos fundamentais reconhecidos e onde possam exercer sua liberdade política, mas as instituições devem prover também o progresso tecnológico, com economia de mercado e serviços sociais desenvolvidos.

Levando-se em consideração os aparentemente intransponíveis obstáculos à legitimação de um ideal democrático em Serra Leoa e as resistências de diversos grupos sociais às mudanças, é fundamental que dirigentes políticos e sociedade estejam em constante colaboração para procurar uma estabilidade básica e identificar os principais problemas que os afetam direta ou indiretamente para que, dessa forma se possam atender as opções de solução pacífica das freqüentes disputas.

É latente que a situação de insegurança política vem constantemente prejudicando a população de Serra Leoa, que carece de instrumentos para defender

seus interesses e onde está vedado, ou pelo menos muito limitado, seu acesso à justiça e aos serviços da administração pública.

Enfim o que se observa em Serra Leoa é que o processo de democratização apesar de incipiente, está em curso mesmo com o reflexo de um certo domínio das forças históricas e a incapacidade de articulação, pelo menos em curto prazo, pois trata-se de um processo que requer tempos de maturação, onde o fator tempo e o fator possibilidade devem ser considerados, sob pena de piorarem a situação política na região.

Bibliografia

APPIAH, Kwame Antony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BOBBIO, Norberto. *As ideologias e o poder em crise*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1995

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade. Para uma teoria geral da política*. São Paulo: Ed Paz e Terra, 2000

DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Capital social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

ENTRALGO, Armando. *África en dificultades*. Editorial de ciências sociais. La Habana, 1987.

HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios 1875-1914*. São Paulo. Paz e Terra (7 edição), 2002.

Ki-ZERBO, Joseph. *História da África Negra vol.II*. Rio de Janeiro. Ed. Publicações Europa-América. 1983.

NEME, Mário. *Difícil África Negra*. São Paulo: Coliseu, 1966.

OLIC, Nelson Basic. CANEPA, Beatriz. *África: Terra, Sociedades e conflitos*. São Paulo: moderna, 2004.

RIVERO, Oswaldo de. *O mito do desenvolvimento. Os países inviáveis do século XX*. Rio de Janeiro: Editora vozes, 2002

Almanaque Abril –Mundo 2003 (29ª edição): Editora Abril

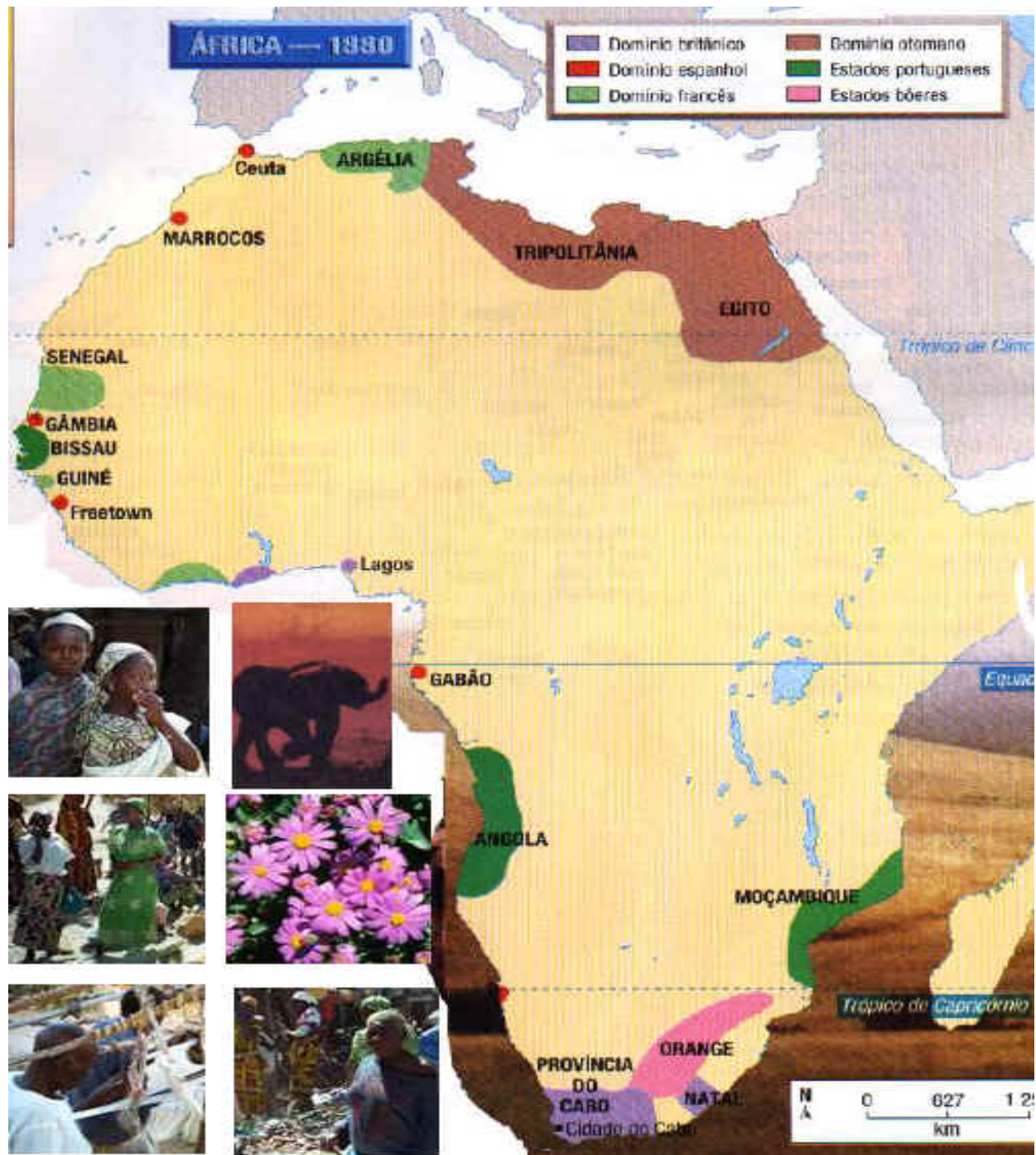
Sites consultados:

Mapa da pg.36 retirado do sítio: www.lib.utexas.edu

Anexos

I-

I- África antes da Conferência de Berlim em 1880.



II- Domínios coloniais.

